

Maria do Carmo Corrêa Galvão
Departamento de Geografia, UFFL

ABSTRACT

Starting out from the conception that agrarian space is a subspace created by rural activities within a totality which includes the city with its multiple varied interactions, the present study focuses on the agrarian space of the state of Rio de Janeiro as affected by the urban-industrial economy. It identifies it as a traditional agrarian space in which the effects of urban growth are making themselves felt in spatially differentiated and structurally contradictory forms.

The internal disparities are seen in the context of the social, economic and political formation of the state, from which emerge, as agents of considerable importance and on different scales, the coffee economy which conditioned the settlement and appropriation of the territory and, on the other hand, the functions of Rio de Janeiro as a port, a centre of political power and a national metropolis.

With a background of dairy-farming, replacing coffee-growing in almost the whole of the state, and single-crop sugarcane cultivation in the Baixada Campista, the agrarian space of the state of Rio de Janeiro illustrates overall limitations and problems of the state's economy, within a framework of immobility or feeble growth.

This formally stationary framework has been passing through changes in organization and structure which have reflected, during the past thirty years, different ways in which the state of Rio de Janeiro has shared in the overall process of the country's development reflecting, at one and the same time, capitalist expansion in the rural sector and its articulations with various political actions aimed directly or not at that sector.

As a result of their extent and their social and economic implications, a number of important variables are referred to in this study as indicators of changes. They are variables referring to land use, recorded in the Censuses from 1950 to 1980, and others characteristic of the modes of production, brought up in the course of field surveys.

The expansion and modernization of cattle-raising in specifically defined areas in the state, the widespread fall-off in permanent cultivation and the increase in temporarily cultiva

ted areas reflect new options for producers in connection with less expensive and more profitable activities.

The strengthening of sugarcane cultivation, the extension of silviculture, especially since 1970, and the resurgence of coffee-growing display the effects of agricultural policies based on subsidized credit.

Of the various forms of innovation in the state rural area which are focused on in this study, none shows the direct interference of Rio de Janeiro as a consumer market. Not even cattle-raising practised on the enterprise model on the periphery closest to the city is fundamentally directed towards Rio's consumer market, except for dairy production. Of the beef cattle produced there, only 10% or so are earmarked for this market.

In the coastal lowlands of the Lake Region, specialization in the production of cows and bulls for breeding purposes, which is being consolidated in conjunction with the pastoral areas of Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás and Mato Grosso, offers the most obvious proof of the alienation of the producing area from the immediate market of Greater Rio.

The geographical distribution and configuration of the dynamic segments and the stagnant pockets in the state point to another feature of its agrarian framework. The great motorway axes which bring Rio de Janeiro into contact with the other metropolises in the Southeast or with the Northeast via the coastal highway are today the great lines along which the modernization of rural activities and new social relations of production are being diffused, so creating a new agrarian framework which has little or nothing to do with the previous one or with the great metropolitan market.

From the above-mentioned frame of reference, it is quite clear that the agrarian space of the state of Rio de Janeiro is being transformed under the action of forces superior to market ones, forces which transcend the system of internal relations of the state itself, embodying the process of capital enrichment of the rural areas and a new spatial structuring linked to the projection of Rio de Janeiro on a national scale, more than to its local or regional action.

*Pesquisa realizada com auxílio do CNPq e FINEP. Participação dos Bolsistas Manoel Augusto de A. Magina, Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas e Maris Gonçalves Rodrigues.

O presente trabalho integra-se a uma linha de investigação, em desenvolvimento no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, voltada para o estudo do espaço agrário brasileiro em suas articulações com a economia urbano-industrial e o meio ambiente. Esta linha de investigação preocupa-se em compreender e analisar os efeitos diferenciados do crescimento econômico sobre o espaço rural, particularmente em áreas de ocupação antiga, levando em conta as peculiaridades da formação social e o contexto ambiental dos diversos segmentos que integram esse espaço.

Sob modalidades as mais diversas e cada vez mais agudas, os problemas da agricultura ultrapassam os limites do campo e atingem a cidade, irmanando a população produtora e consumidora na busca de soluções. A tomada de consciência da gravidade da questão agrária se amplia e com ela a percepção do significado da agricultura no processo de desenvolvimento global do país, justificando sua posição como meta prioritária de governo.

Pelo papel fundamental que desempenha no mundo moderno, como fonte supridora de alimentos e matérias-primas e como mercado consumidor de bens industriais, a agricultura constitui atividade para a qual a investigação científica se faz imprescindível e deve ser direcionada no sentido de melhor conhecê-la para aprimorá-la e torná-la mais eficiente e produtiva. Sua importância adquire ainda especial dimensão, e como tal deve ser investigada, quando se considera o elevado contingente populacional a ela vinculado ou dela dependente, sobretudo em países em desenvolvimento.

Para a Geografia, que tem por objeto de estudo o espaço produzido pela atividade do homem, ou seja, a natureza transformada pelo trabalho, a agricultura se coloca como tema de investigação na medida de uma concretude que se expressa e se dimensiona no espaço por ela criado ou transformado.

Num país de extensão continental como o Brasil, marcado por um quadro natural profundamente diferenciado, e um crescimento econômico intrinsecamente díspare e espacialmente desigual, o estudo geográfico do espaço agrário impõe-se por si mesmo, dado o seu significado, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista de realizações práticas como subsídio a planos setoriais ou regionais de desenvolvimento.

O crescimento urbano-industrial do país nos últimos trinta anos estimulou consideravelmente o setor agrícola na produção de alimentos e matérias-primas, acionando para tanto dois mecanismos bastante distintos de operação: de um lado a expansão do espaço econômico com a conquista contínua de áreas novas, onde a fertilidade natural de solos virgens representava garantia de alta produção; de outro, a retomada de áreas antigas, nas quais a modernização das atividades viria aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a produção.

Estes efeitos espontâneos do crescimento econômico, fortalecidos ou direcionados por ações do Estado, não se fizeram sentir, entretanto, de forma igual e equilibrada em toda a extensão do espaço rural, nem promoveram aí o desenvolvimento almejado, deflagrando, em muitos casos, reações em cadeia profundamente conflitantes. Os problemas sociais e econômicos do Brasil

de hoje estão a exigir um redimensionamento da questão agrária vista em suas implicações com o crescimento urbano-industrial dentro do contexto da formação social e das condições ambientais das diversas áreas rurais do país. Tal dimensionamento requer estudos em diferentes escalas de análises, escalas essas que se definem e se delineiam em função dos objetivos visados.

Nas áreas rurais tradicionais a economia urbano-industrial passou a afetar profundamente o próprio sistema produtivo, interferindo no processo de crescimento com implicações sobre as condições ambientais. Esta é a situação vigente em diferentes porções do Sudeste, onde se destaca o Estado do Rio de Janeiro, por isso mesmo selecionado como segmento prioritário de estudo; e aqui apresentado nas linhas gerais de sua estrutura e transformações espaciais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O estudo em tela parte da concepção de espaço como entidade real, total e concreta criada pela sociedade em interação permanente com a natureza e constituída de segmentos diferenciados por força da divisão social e territorial do trabalho.

Assim sendo, o espaço agrário define-se como um subespaço individualizado por peculiaridades de organização que decorrem, não apenas de atividades nele praticadas num determinado momento, mas também de ações anteriores e externas a ele.

Na configuração, estrutura e funcionalidade de qualquer segmento do espaço agrário entram em jogo, de maneira diferenciada no espaço e no tempo, as potencialidades e limitações da natureza, a posição relativa desse segmento dentro de um espaço maior e o próprio espaço como agente e ator de sua própria organização. A elaboração do espaço agrário pressupõe, por conseguinte, um conjunto de forças sociais, econômicas e políticas corporificadas em formas diferenciadas de uso da terra, relações de trabalho e sistemas produtivos que se ajustam numa determinada estrutura espacial dentro de uma seqüência história.

Com base nessa formulação teórico-conceitual, as investigações sobre a organização do espaço agrário buscam a compreensão do processo produtivo e das transformações da atividade agro-pastoril em sua projeção espacial, em suas relações com condições ambientais, condições locais, condições de mercado, analisando paralelamente os efeitos desse processo em termos de crescimento econômico, desenvolvimento social e equilíbrio ambiental.

2. O ESPAÇO AGRÁRIO FLUMINENSE - CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Apesar de sua localização na área mais desenvolvida do país, polarizada pelas grandes metrópoles nacionais - Rio de Janeiro e São Paulo -, o Estado do Rio caracteriza-se por um crescimento lento e contradições internas muito acentuadas. Atividades modernas e tradicionais se defrontam caracterizando e delimitando segmentos contínuos, de extensão variável, ou coexistem no interior de um mesmo segmento - seja ele uma subunidade regional ou até mesmo um estabelecimento rural. As contradições e disparidades internas, tanto formais quanto funcionais, manifestam-se em diferentes níveis e escalas: estado, subunidades fisiográficas e estabelecimentos rurais, assim como:

- a) A nível de Estado, contrastam entre si, o planalto interior dominado pela pecuária leiteira tradicional praticada em pequenos e médios estabelecimentos com técnicas rudimentares, e, de outro lado, a planície litorânea onde duas atividades altamente capitalizadas se expandem e se fortalecem em moldes empresariais: a pecuária de corte moderna realizada em estabelecimentos de grande porte, e o cultivo da cana que cresce e se desenvolve estimulado por créditos subsidiados e grandes Projetos de Governo, como o Pró-Álcool. Ainda a nível de Estado, destacam-se, no próprio planalto interior, as contradições entre a área central do Médio Paraíba, ativa e dinâmica, e os bolsões agropastoris estagnados e deprimidos que se situam nas bordas centro-norte e sudoeste do Estado.
- b) A nível de subunidades fisiográficas, tanto no planalto interior quanto na planície litorânea, opõem-se pela forma e pelo uso dois tipos de espaço: de um lado as áreas de morros e escarpas acidentadas ocupadas por pastagens naturais pobres ou por lavouras permanentes mal cuidadas, e de outro lado, as áreas planas utilizadas seja para a horticultura, seja para a formação de capineiras, seja ainda para o plantio de pastos. Na planície litorânea grandes projetos de drenagem e saneamento, como os do Vale de São João, promovem a valorização da terra e a especulação imobiliária, acentuando ainda mais os contrastes internos da área.
- c) A nível de estabelecimentos rurais, independentemente de sua categoria dimensional, atividade econômica dominante, ou posicionamento no quadro regional do Estado, contrapõem-se formas arcaicas e modernas de produção que se expressam através de sistemas agrícolas eminentemente primitivos e técnicas de manejo agrícola ou pastoril altamente sofisticadas. Ainda a nível de empreendimentos rurais, coexistem ou se complementam, de forma aparentemente contraditória, relações de trabalho visceralmente opostas. Mesclam-se e se articulam relações sociais semi-coloniais e relações sociais capitalistas.

Considerando que, por sua natureza, o crescimento é um processo eminentemente concentrado, de emergência pontual e de difusão não homogênea no espaço, as disparidades internas do território fluminense, poderiam ser consideradas normais ou esperadas. Entretanto, dadas exatamente as peculiaridades de sua posição geográfica numa área economicamente privilegiada, a amplitude de tais disparidades (atingindo níveis superiores aos de outras áreas)

reas rurais do país) e as irregularidades de sua distribuição requerem estudos que procurem explicar a lógica de sua formação e de sua evolução. Tais disparidades só podem ser entendidas no contexto da formação social, econômica e política do Estado, da qual emergem, como agentes de considerável importância:

- a) O porto do Rio de Janeiro, por seu papel no processo de elaboração da hinterlândia;
- b) A lavoura cafeeira, por sua expressão como fator de povoamento e estruturação espacial do território;
- c) As condições políticas peculiares do Estado do Rio, abrigando em seu interior, em diferentes momentos de sua história, uma unidade político-administrativa autônoma e de poder econômico superior ao seu - Município Neutro, Distrito Federal e Estado da Guanabara.

As contradições internas do quadro agrário fluminense traduzem, em sua forma espacial e em seu conteúdo social, estruturas geradas pela ação diferenciada mas articulada desses diversos agentes em diferentes momentos históricos. Tais estruturas se expressam de maneira particularmente nítida na rede viária, na malha urbana e na organização da produção.

As áreas rurais mais dinâmicas situam-se junto às grandes vias que ligam o Rio de Janeiro às outras metrópoles do Sudeste - São Paulo, Belo Horizonte - ou a outras regiões do país como o Nordeste através da Rio/Bahia e da Rodovia Litorânea. Os bolsões de estagnação correspondem às áreas marginalizadas em relação a essas rodovias e que não dispõem de caminhos vicinais que as liguem àqueles eixos rodoviários.

Em seu direcionamento geral os eixos rodoviários do centro e do oeste do Estado reproduzem o arcabouço de velhos caminhos abertos a partir do Rio de Janeiro rumo a Minas Gerais e a São Paulo. As funções de porto exercidas pelo Rio de Janeiro, numa economia de base exportadora, explicam a elaboração dessa rede viária tipicamente de penetração que articulou para si e sob sua dominação uma vasta hinterlândia com limites superiores àqueles que viriam a constituir o próprio Estado.

A cafeicultura, responsável pelo desbravamento e ocupação efetiva dessa hinterlândia que se expandia com a penetração da ferrovia e com a criação de cidades nos eixos ferroviários, gerou riquezas das quais apenas a cidade-porto do Rio de Janeiro se beneficiou. As relações de trabalho escravistas em que se fundamentou aquela atividade impediram a formação de uma infraestrutura urbana e de mercado que pudesse sustentar a economia do Estado após o debacle cafeeiro, propiciando-lhe condições de soerguimento, recuperação e desenvolvimento.

Como cidade primaz que se transformou em capital e grande metrópole nacional, o Rio de Janeiro criou vínculos de interdependência com pontos e áreas distantes, enquanto em suas proximidades tolhia o surgimento de cidades intermediárias que pudessem vir a compor uma rede urbana equilibrada, capaz de atuar como instrumento de difusão do desenvolvimento a partir daquele grande centro.

O processo de crescimento do Rio de Janeiro, altamente dependente do comércio exportador de produtos procedentes de sua área de influência, trouxe como consequência não apenas uma grande concentração espacial da economia, como também uma reduzida capacidade de dinamização que se tornou peculiar à cidade, não obstante sua função metropolitana.

A condição de "cidade-estado" que o Rio exerceu durante largo período de sua história cerceou sua atuação regional, o que explica a estagnação de largas porções do Estado, especialmente em seu setor rural.

3. TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO

Num contexto eminentemente tradicional, que tem como pano de fundo a pecuária leiteira extensiva, em substituição à cafeicultura em quase todo o território, e a monocultura canavieira arraigada há mais de três séculos na Baixada Campista, o espaço agrário fluminense corporifica limitações e problemas globais da economia do Estado, dentro de um referencial de imobilidade ou fraco crescimento.

Esse quadro formalmente estacionário vem passando, contudo, por mudanças de organização e de estrutura que traduzem, no correr dos últimos trinta anos, diferentes modalidades de participação do Estado do Rio no processo global de crescimento do país, refletindo a um só tempo a expansão capitalista no setor rural e suas articulações com ações do Estado, voltadas ou não diretamente para esse setor. Por sua extensão, e por suas implicações sociais e econômicas, destacam-se neste trabalho, como indicadores de mudanças, algumas variáveis referentes ao uso do solo.

Em que pesem as limitações da série temporal utilizada englobando dados censitários agregados de 1950 a 1980, a evolução do uso da terra aqui apresentada reflete mudanças significativas no período em pauta. De sua análise emergem questionamentos referentes ao jogo contraditório de forças que tem comandado a produção num direcionamento determinado menos pelo mercado metropolitano do Rio do que por interesses específicos do capital que se contrapõem, muitas vezes, aos daquele mercado local.

As questões que se seguem, pinçadas num conjunto amplo de constatações, exemplificam características do processo de transformações do quadro rural fluminense, em sua dimensão espacial e temporal.

Sob duas modalidades devem ser aqui consideradas tais transformações: aquelas referentes ao uso do solo, que podem ser apreciadas a nível de Estado por dados estatísticos oficiais de produção, e aquelas relacionadas à variações qualitativas dos modos de produzir, que se diferenciam por segmentos do espaço ou por setores de atividade e foram levantadas em pesquisa de campo. Há também que distinguir os períodos de 1950/1960 e 1970/1980 por efeito de características específicas do processo de mudanças.

A expansão da fronteira interna, através da ampliação das áreas de lavoura e de pastagens, constitui o primeiro fato a ser assinalado como resposta do setor rural à demanda crescente de alimentos suscitada pela expansão urbano-industrial dos anos 50 e 60.

Tratando-se de área de povoamento antigo e já consolidado, tal expansão se fez não tanto pela apropriação de novas terras, mas sobretudo pela reorientação da exploração econômica das unidades produtivas existentes. Vale notar que, sem alteração significativa da área total dos estabelecimentos rurais (variação relativa de apenas 0,1% no período de 1950/1980), as áreas de lavoura cresceram 2,0% e as de pastagem 29,8%, enquanto as áreas de mata reduziram-se em 22,6% e as terras incultas em 64,2% (Tabela 1).

A esse crescimento extensivo da agropecuária que representa, em todo o país, a reação mais imediata do setor rural ao crescimento urbano e industrial, justapõem-se variações internas de uso da terra agrícola que refletem características peculiares do Estado do Rio em seu processo de ajustamento à economia global.

A participação crescente das lavouras temporárias em oposição às lavouras permanentes (Tabela 2), fato também comum a outros Estados da Federação, reflete no caso fluminense a expansão canavieira, subsidiada e fomentada pela política energética, e não a ampliação do cultivo de grãos para o mercado interno ou para a exportação, como em outras áreas do país.

O decréscimo contínuo de alimentos básicos, tanto em área cultivada quanto em volume produzido, com exceção da rizicultura, confirma esse fato. Evidencia-se paralelamente a preponderância de lavouras nobres e especulativas, como a cana, sobre aquelas mais diretamente relacionadas ao consumo e, conseqüentemente, menos lucrativas, como as lavouras do milho, feijão ou mandioca (Tabelas 3 e 4).

A expansão e modernização da pecuária, sobretudo de corte, substituindo em certas áreas a pecuária leiteira, constitui outra faceta do processo de transformação em curso no Estado. A grande ampliação das pastagens naturais e o crescimento relativamente modesto de pastos plantados (Tabela 5) reflete, contudo, o caráter contraditório de tais transformações: a predominância inquestionável da pecuária extensiva em todo o Estado a que se contrapõe a pecuária semi-intensiva ou mesmo intensiva praticada em áreas selecionadas e altamente valorizadas, por efeito de sua posição e acessibilidade.

O reflorestamento insere-se no quadro agrário como inovação promissora a partir de 1970 (Tabela 1). Embora a área total reflorestada seja ainda reduzida (em 1980 representava apenas 1,0% da superfície dos estabelecimentos), o crescimento de 68,4% alcançado entre 1970 e 1980 demonstra que a silvicultura é não apenas uma forma nova de uso da terra que se amplia, mas também uma modalidade nova de investimento rural que se consolida por estímulo governamental.

Dentro da política de fomento à agricultura de exportação que constitui hoje diretriz básica de ação do governo central, a nível nacional, apenas o setor cafeeiro vem sendo ativado. A ampliação de 709,9% da área cultivada e 30,8% da produção, entre 1970 e 1980, traduz a reação positiva da cafeeicultura, em oposição à redução de 86,4% da área e 82,2% da produção, no período 1950/1970, ou ao crescimento de apenas 9,7% da área e decréscimo de 84,5% da produção no período total dos 30 anos aqui considerados (Tabela 6).

Tabela I

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EVOLUÇÃO DO USO DA TERRA ENTRE 1950 E 1980
(Área e Variação Relativa)

Especificação	Área (ha)				Variação Relativa (%)				
	1950	1960	1970	1980	Decênios			Período	
					50/60	60/70	70/80	50/80	
Total dos Estabelecimentos	3.177.395	2.976.224	3.287.812	3.181.384	- 6,5	10,4	- 3,2	0,1	
· Lavoura	588.423	597.543	629.544	601.413	1,5	5,3	- 4,4	2,0	
· Pastagem	1.343.048	1.447.371	1.724.069	1.744.619	6,6	19,1	1,2	29,8	
· Mata	544.007	527.903	464.029	420.945	- 2,9	-12,1	- 9,2	-22,6	
· Reflorestamento	27.260	26.057	19.088	32.160	- 4,4	-26,7	68,4	17,9	
· Terras incultas	457.727	235.332	247.416	164.216	-48,5	5,1	-33,6	-64,1	
· Terras improdutivas ..	216.930	142.018	203.666	218.031	-34,5	43,4	0,5	7,0	
Participação em Relação à Área Total dos Estabelecimentos (%)									
· Lavoura	19,0	20,0	19,1	18,9					
· Pastagem	42,2	48,6	52,4	54,8					
· Mata	17,1	17,7	14,1	13,2					
· Reflorestamento	1,0	0,8	0,6	1,0					
· Terras incultas	14,4	7,9	7,5	5,1					
· Terras improdutivas ..	6,3	5,0	6,3	7,0					

FONTE: FIBGE - Censo Agrícola.

Tabela 2
EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE LAVOURA PERMANENTE E TEMPORÁRIA

Especificação	Área (ha)				Varição Relativa (%)
	1950	1960	1970	1980	50/80
Total das Lavouras	588.423	597.543	629.544	601.413	2.0
. Lavoura Permanente .	186.170	189.718	174.647	145.115	- 2.0
. Lavoura Temporária .	402.253	407.825	454.897	456.298	13.4
	Participação na Área Total (%)				
. Lavoura Permanente .	31.6	31.7	27.7	24.1	
. Lavoura Temporária .	68.3	68.2	72.2	75.8	

FONTE: Fundação IBGE.

Tabela 3
LAVOURAS ALIMENTARES

Produtos	Área Plantada (ha)				Varição Relativa (%)
	1950	1960	1970	1980	50/80
. Arroz.....	49.848	52.522	52.228	37.810	-24.1
. Feijão	28.184	18.401	20.489	20.203	-28.3
. Mandioca	13.331	22.354	18.855	10.926	-18.0
. Milho	128.612	126.198	90.939	59.190	-53.9
	Produção (t)				
. Arroz	57.847	66.158	57.338	72.242	24.7
. Feijão	19.990	8.062	6.699	7.658	-61.6
. Mandioca	145.559	219.873	217.281	115.489	-20.6
. Milho	137.008	104.419	69.962	67.772	-50.5

FONTE: FIBGE - Censo Agrícola.

Tabela 4
LAVOURAS COMERCIAIS

Produtos	Área Plantada (ha)				Varição Relativa (%)
	1950	1960	1970	1980	50/80
. Cana	130.351	123.343	181.324	199.655	53.1
. Café	90.925	74.146	12.317	99.762	9.7
. Laranja ..	18.500	25.777	31.392	29.338	58.5
	Produção				
. Cana (t) .	3.030.916	3.392.568	5.554.801	7.059.095	133.9
. Café (t) .	58.458	31.313	6.897	9.025	-84.5
. Laranja (caixa) .	15.862.012	15.332.427	22.278.240	15.646.640	- 1.3

FONTE: FIBGE - Censo Agrícola.

Tabela 5
EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE PASTAGEM NATURAL E PLANTADA

Especificação	Área (ha)				Varição Relativa (%)
	1950	1960	1970	1980	
Total de Pastagem	1.343.048	1.447.371	1.724.069	1.744.619	29.8
. Natural	1.088.102	1.206.898	1.572.186	1.466.220	34.7
. Plantada ...	254.946	240.473	151.883	278.399	9.2
	Participação na Área Total (%)				
. Natural	81.0	83.3	91.1	84.0	
. Plantada ...	18.9	16.6	8.8	16.0	

FONTE: FIBGE - Censo Agrícola.

Tabela 6

VARIAÇÃO RELATIVA DE LAVOURAS COMERCIAIS

Produtos	Área Cultivada (%)				
	Decênios			Períodos	
	50/60	60/70	70/80	50/70	50/80
. Cana	5.3	47.0	10.9	39.1	53.1
. Café	-18.4	-83.3	709.9	-86.4	9.7
. Laranja	39.3	21.7	- 6.5	69.6	58.5
	Produção (%)				
. Cana	11.9	63.7	27.0	83.0	133.9
. Café	-46.4	-77.9	30.8	-88.2	-84.5
. Laranja	- 3.3	45.3	-29.7	40.4	- 1.3

FONTE: FIBGE - Censo Agrícola.

A citricultura, por sua vez, como atividade que já representou papel relevante na balança comercial do Estado como produto de exportação, poderá ser reativada com vistas a ocupar, pelo menos parcialmente, o mercado deixado pela produção paulista, redimensionada e dinamizada pelo comércio externo nos últimos dois anos.

4. CONCLUSÃO

Num espaço elaborado e consolidado pela economia agro-exportadora, como é o Estado do Rio de Janeiro, as transformações suscitadas pelo crescimento urbano-industrial têm posto à nu ou reavivado alguns componentes básicos de sua estrutura sócio-espacial original.

Gerado sob comando do porto do Rio de Janeiro como "espaço produtivo voltado para fora" e marginalizado em relação ao crescimento dessa cidade, o espaço agrário fluminense evoluiu e hoje se transforma ainda à margem daquele mercado - "de costas" para o mercado metropolitano.

Das modalidades de inovação do quadro rural aqui sumarizadas - modernização da atividade pastoril, fortalecimento da economia canavieira, expansão da silvicultura, ressurgimento da cafeicultura - nenhuma exprime interferência direta do Rio de Janeiro como centro consumidor. Nem mesmo a pecuária praticada em moldes empresariais na periferia mais próxima da cidade está fundamentalmente voltada para o suprimento metropolitano, exceção feita à produção leiteira. O gado de corte aí produzido destina-se ao abate em todo o Estado, sendo que para a área metropolitana são encaminhados apenas 10%, aproximadamente.

Na baixada litorânea da Região dos Lagos, a especialização na

produção de matrizes e reprodutores que se vem consolidando - atrelada à áreas pastoris de Minas, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso -, constitui a demonstração mais evidente da alienação dessa área produtora em relação ao mercado imediato do Grande Rio.

Num outro aspecto, as estruturas antigas são reativadas pelo processo de transformações do espaço agrário. Como cidade primaz de uma ampla hinterlândia e capital nacional no passado, e como grande metrópole nacional no presente, o Rio de Janeiro liga-se necessariamente a outros pontos do território nacional. Nesse sentido, impõe-se a multiplicação e aperfeiçoamento das vias terrestres de circulação capazes de atender eficientemente fluxos de pessoas e mercadorias que a função metropolitana exige. As rodovias são hoje as grandes linhas ao longo das quais se vêm difundindo a modernização das atividades rurais ou as novas relações sociais de produção, criando-se com elas um novo quadro agrário que pouco ou nada tem a ver com quadro anterior ou com o grande mercado local.

É ainda nesse contexto de "relações externas" que, paradoxalmente, se formou o eixo rural mais moderno e mais dinâmico do Estado; a via litorânea de ligação com o Nordeste, a BR-101, que é o mais recente vetor do lazer e do turismo em território fluminense. Por essa via se expandem os grandes empreendimentos rurais do Estado superando os eixos econômicos Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte.

No quadro de referências aqui exposto, fica bem claro que o espaço agrário fluminense se transforma sob ação de forças superiores às do mercado, forças que transcendem o sistema de relações internas do próprio Estado, corporificando o processo de capitalização do campo e uma nova estruturação espacial.

Neste rápido esboço que teve por objetivo levantar questões sobre a estrutura e transformações do espaço agrário fluminense no contexto amplo de uma área de povoamento consolidado, as reflexões expostas, à guisa de conclusão, são o ponto de partida para outras indagações. Possam elas contribuir, de alguma forma, para o avanço de estudos geográficos que contemplem o espaço agrário de áreas tradicionais com o propósito de compreender o processo de transformação por que vêm passando, sob ação da nova ordem social e econômica vinculada à novas modalidades de divisão espacial do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha K. - O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. Rev. Bras. Geogr., 23(2), Rio de Janeiro, IBGE, 1966.
- BERNARDES, Lysia - O Rio de Janeiro e sua Região, Rio de Janeiro, CNG, 1964.
- BERNARDES, Lysia - Considerações sobre a Região do Rio de Janeiro. Rev. Bras. Geogr., 33(4), 1971.

- CASTRO, A.B. - Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1969, vols. I e II.
- GALVÃO, M.C.C. - Características Gerais da Geoeconomia e Geopolítica Nacional. Caderno nº 5, Forum de Ciência e Cultura, UFRJ, 1971.
- GALVÃO, M.C.C. - Inbalance of spatial organization in the State of Rio de Janeiro, Proceedings of the Commission on Regional Aspects of Development. International Geographical Union, vol. I, California State University, 1974.
- GRAZZIANO DA SILVA, F.F. - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- LACOSTE, Yves - Unité et Diversité du Tiers Monde, Paris, Herodote, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco - A Economia Brasileira, Crítica à Razão Dualista. Estudo CEBRAP nº 2, 1972.
- PINSKY, J. - Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, HUCITEC, 1977.
- SANTOS, M.A. dos - Espaço e Sociedade. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.
- SILVA, Sergio - Estudo sobre a Estrutura da Produção e a Questão Agrária. Cadernos IFCH-UNICAMP, São Paulo, Janeiro, 1984.
- SILVA, Sergio - A Via Brasileira do Capitalismo no Campo. Simpósios e Mesas Redondas. Conferência Regional Latino-Americana, Rio de Janeiro, UGI, 1982.
- SOARES, Willian Gonçalves - Regionalização Agrícola do Estado do Rio de Janeiro - Aplicação de Análise Fatorial. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, UFRJ, 1976.
- SORJ, B. - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1970.
- SZMRECSANYI, Tamás - Análises de Economia Agrícola e da Questão Fundiária. Cadernos IFCH-UNICAMP, São Paulo, Julho, 1983.
- TOPALOV, C. - As Estruturas Agrárias Brasileiras. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1978.